

# A PROPÓSITO DE UM QUINTO CENTENÁRIO

Armanda Alexandre dos SANTOS

Já se deram os primeiros passos em ordem à comemoração, a ser feita no próximo ano 2000, do quinto centenário do descobrimento do Brasil. O acontecimento se revestirá de particularíssimo significado, pois na mesma ocasião se estará comemorando também o fim de um século, de um milênio e quiçá de toda uma era histórica.

Cinco séculos decorridos da chegada das naus cabralinas à Bahia, que pensar das navegações lusas - em cujo ciclo naturalmente se inserem o descobrimento e a colonização do Brasil - e como julgar os objetivos com que elas foram realizadas?

Se considerarmos, de um lado, o tamanho exíguo do território português e as condições geográficas em que se situa - espremido, por assim dizer entre a Espanha vizinha, o Mar imenso e o Norte da África hostil e ameaçador, e, de outro lado, a portentosa obra missionária e civilizadora de Portugal no Brasil e no Mundo, veremos que há absoluta desproporção entre causa e efeito, entre os meios disponíveis e a magnitude da obra realizada.

Para não nos estendermos sobre toda a epopéia lusa em África e no Oriente, limitemo-nos ao Brasil. Consideremos que no século XVI a população portuguesa era, segundo estimativas fidedignas, de pouco mais de um milhão de habitantes - não muito mais do que a população atual de Lisboa, ou, para falar em termos brasileiros, de uma cidade como Campinas. Foi com essa população tão exígua que Portugal iniciou o povoamento e a civilização do Brasil daquela "quarta parte

nova" cujos "campas ara" - como escreveu Camões, para em seguida acrescentar seu verso famosíssimo: "*E se mais mundo houvera lá chegara*".

O vulto gigantesco das navegações portuguesas, como também das espanholas, surpreende e impressiona observadores imparciais de outras nacionalidades. Tantos seriam os depoimentos a citar, nesse sentido, que seria um não mais acabar. Citemos, entre muitos outros, o do escritor sul-africano Sidney Welch, em seu livro "*Descobrimto da África do Sul pela Europa*", a respeito do que que chama "*a heróica epopéia do século XV de Portugal, por uma nação de incomparável força de caráter e profunda fé religiosa*".

Diz ele:

*"Ao lerem-se as proezas dos atores proeminentes, sentimos que um tributo é devido ao povo português, a esses milhares de heróis sem nome cujos feitos individuais pereceram. Neles acharam os seus reis não apenas o material humano de inultrapassada energia e elevação de propósitos. O barro humano moldou-se aí numa dessas gerações de homens que criam e transmitem os bens da história.*

*"Dias no Cabo da Boa Esperança em 1488, e Colombo nas Bahamas em 1492, deram os primeiras passos dessa maravilhosa corrida que fez de Portugal e da Espanha os pioneiros da maior expansão da civilização ocidental em todos os tempos.*

*"Eles abriram o horizonte e, mais do que isso, estenderam potencialmente o domínio da nossa sociedade ocidental, dum canto obscuro do Velho Mundo até abarcar todas as terras habitáveis e os mares navegáveis na superfície do planeta. É devido a esta energia e iniciativa ibéricas que a Cristandade ocidental cresceu como, na parábola, a grão de mostarda semeado, até que se tornou a grande Sociedade: uma árvore em cujas ramos todas as nações da terra se abrigaram e alojaram"<sup>12</sup>.*

(1) A "quarta parte nova" a que se refere Camões é precisamente o Brasil. Após falar, no Canto VII, Estâncias 4 a 13, de várias grandes nações da Europa, todas esquecidas do espírito de Cruzada que em tempos idos as animara, o Épico constata que em Portugal ainda perdurava esse espírito. E concluiu: "*Mas, entanto que cegos e sedentos / Andais de vosso sangue, ó gente insana, / Não faltaram Cristãos atrevimentos / Nesta pequena casa Lusitana. / De África tem marítimos assentos; / É na Ásia mais que todas soberana; / Na quarta parte nova os campos ara; / E, se mais mundo houvera, lá chegara*" (VII, 14).

(2) Apud Antero Simões, Nós... somos todos nós, Ed. dos Serviços de Publicações do Comissariado Provincial M. P., Luanda, 3<sup>a</sup> vol., 1972, p. 72.

Como explicar que um país tão desfavorecido em extensão territorial e em riquezas naturais tenha feito o que países maiores, mais povoados, incomparavelmente mais ricos e mais bem aparelhados, só fizeram muito depois, seguindo a trilha já aberta pelas caravelas lusas e quase simultaneamente pelas naveas espanholas?

Para outra observadora estrangeira, a bem conhecida Elaine Sanceau, de nacionalidade inglesa, não há explicação razoável para isso:

*"A expansão portuguesa de além-mar - diz ela - é fenómeno inexplicável à face da História.*

*"O desejo de expansão supõe falta de espaço e os portugueses tinham mais do que o bastante na sua linda pátria pequenina; a população era muito inferior a dois milhões. A nação acabava de sair duma luta de vida ou de morte que durara séculos, primeiro com os mouros, depois com os castelhanos. A razão por que havia este povo de sentir-se instigado a espa-lhar-se pelo mundo desconhecido, depois de ter alcançado a paz pela vitória sobre as seus vizinhos, é enigma indecifrável. O reino está muito pobre e minguado de gente para guarnecer as terras de além-mar. Seria impossível conservá-las! Assim dissera o sábio Infante D. Pedro em 1436, quando se premeditava a conquista de Tânger. Não se pode negar que fossem sensatas as suas palavras. Todavia, menos de um século depois, sem qualquer auxílio de homens ou de dinheiro estranhos, Portugal estava senhor, não só de todas as cidades mais importantes de Marrocos, mas também de territórios em toda a costa da África, e impunha a sua vontade a metade dos reis da Ásia"<sup>3</sup>.*

Na realidade, o móvel principal da epopéia ultramarina portuguesa - como também da espanhola - foi a continuação, fora dos estreitos limites continentais, da mesma Cruzada que, havia séculos, vinha sendo promovida pelos povos peninsulares.

*"A idéia da cruzada continuou a viver sobretudo na Espanha e em Portugal, onde a guerra com os mouros se renovou periodicamente até concluir com um ataque a África", escreveu o insuspeito historiador alemão Leopold von Ranke, sustentando que "os primeiros descobri-*

<sup>(3)</sup> Afonso de Albuquerque - O sonho da Índia, Livraria Civilização, Porto, 1939, Introdução.

mentos e colônias estavam relacionados com a guerra aos mouros de dois modos: primeiramente, por meio das expedições à África, das quais *brotou o plano de chegar à Índia; e em segunda lugar, pela idéia de defender e propagar a Cristandade. Os intentos dos portugueses concentram-se imediatamente no ponto central da fé dos muçulmanos; queriam vingar Jerusalém em Meca; impelidos pelo entusiasmo dos peregrinos de Jerusalém é que eles conseguiram uma vez mais as suas vitórias*"<sup>4</sup>.

Já se foi, felizmente, o tempo em que a ideologia marxista predominava nos meios culturais do Ocidente. Não é em torno de questões econômicas que gira o eixo da História. Essas questões, é claro que existem e por vezes até se revestem de considerável importância, mas não devemos exagerar tal importância a ponto de fazê-las preponderantes ou até exclusivas.

No caso concreto da epopéia ultramarina luso-espanhola, contrariamente ao que muita gente ainda repete numa espécie de psitacismo cultural já fora de moda, a sede do ouro não foi o principal móvel. São inúmeros os depoimentos da época que mostram que o desejo de bens materiais - aliás legítimo - estava muito longe de ser o principal.

Apenas à guisa de exemplo, aqui vão alguns documentos que fazem luz insofismável sobre os mais altos objetivos da expansão ultramarina portuguesa:

\* Em princípios do século XV, quando os filhos de D. João I propuseram ao pai a expedição a Ceuta, a imediata resposta do monarca, narra Gomes Eanes de Azurara, foi que desejava saber se tal expedição - a primeira que Portugal faria em África - era ou não do serviço de Deus:

*"El Rei disse que não queria determinar nenhuma coisa daquele feito até que soubesse se era serviço de Deus de se fazer e mandou chamar letrados para o saber"*.

Diante dos conselheiros convocados, o rei foi taxativo:

<sup>(4)</sup> Geschichte der romanischen und germanischen Völker Sämtl. Werke 33-34). Einleitung pág. XXIX.), apud Carl Erdmann, A idéia de Cruzada em Portugal, Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1940, p. 3.

*"Antes que eu nenhuma coisa responda, quero primeiro saber se isto é serviço de Deus de se fazer, ca (pois) por mui grande honra nem proveito que me disse possa seguir, se não achar que é serviço de Deus não entendo de o fazer, porque somente aquela coisa é boa e honesta na qual Deus é inteiramente servido".*

Os letrados responderam ao Rei *"que era serviço de Deus de se tomar a cidade de Ceuta"*<sup>5</sup>. E Ceuta foi efetivamente tomada.

\* Na célebre carta ao Rei D. Manuel, comunicando o descobrimento do Brasil, Pero Vaz de Caminha insiste muito na salvação das almas como o objetivo principal da expansão ultramarina. Obviamente, se essa idéia não fosse mais do que assente no Portugal da época, o escrivão-mor da armada não a teria externado ao Monarca nos termos em que o fez:

*"Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências. E portanto, se os degredados que aqui hão de ficar, aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa tensão de vossa Alteza, se farão cristãos e hão de crer na nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque certamente esta gente é boa e de bela simplicidade. E imprimir-se-á facilmente neles qualquer cunho que lhes quiserem dar, uma vez que Nosso Senhor lhes deu bons corpos e bons rostos, como a homens bons. E o Ele nos para aqui trazer, creio que não foi sem causa. E portanto vossa Alteza, pois tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da salvação deles. E prazera a Deus que com pouco trabalho seja assim".*

Mais adiante, referindo-se à terra que acabava de ser descoberta, prossegue o escrivão no mesmo tom:

*"Até agora não podemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares, frescos e temperados como os de Entre Douro e Minho, porque neste tempo dagora assim os achávamos como os de lá. As águas são muitas, infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem.*

*"Contudo, o melhor fruto que dela se pode tirar parece-me que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa*

<sup>(5)</sup> Zurara, Crónica da Tomada de Ceuta, Cap. X.

*Alteza em ela deve lançar. E que não houvesse mais do que ter Vossa Alteza aqui esta pousada para essa navegação de Calecut, bastava. Quanto mais, disposição para se nela cumprir e fazer a que Vossa Alteza tanto deseja, a saber acrescentamento da nossa santa fé*"<sup>6</sup>.

\* Quando D. João III deu a Tomé de Sousa, primeiro Governador-Geral do Brasil, o regimento de 17-12-1548, dizia explicitamente:

*"Eu, El Rei, faço saber a vós, Tomé de Sousa, fidalgo da minha casa, que, em quanto serviço de Deus e meu.... a principal coisa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente dela se convertesse à nossa santa Fé católica"*<sup>7</sup>.

\* Em 1559, quando despachou para Angola, como embaixador, a Paulo Dias de Novais, o documento que em nome do Rei Dom Sebastião foi ordenado por sua Avó (a Regente D. Catarina), deu-lhe instruções precisas de como proceder:

*"Paulo Dias, pela confiança que tenho em vós, tive por bem enviar-vos a el-rei de Angola por meu embaixador. A ordem que seguireis em vossa viagem é a seguinte:*

*"Sendo Nosso Senhor servido levar para Si a Sua Alteza (D. João III), antes da vinda dos dito embaixadores, e desejando prosseguir a santa e católica intenção de meu senhor e avó, pareceu-me que, assim como a El-Rei sucedera no trono, assim também sucederia no mesmo desejo de sua salvação, que tanto lhe importa, e da pregação no seu reino da nossa Santa Fé, para que a recebam os seus súditos e vassalos. Por isso, despachei os mesmos embaixadores, tendo por bem, além de outras mercês e honras que lhes fiz enquanto residiram em minha corte, dar-lhes segura embarcação e enviar-vos a vós também, juntamente com os Padres Religiosos da Companhia de Jesus, para que seja consolado com sua vinda e doutrina e seu Reino doutrinado e ensinado. E confio em Nosso Senhor que, sendo ele servido de o trazer ao conhecimento da nossa Santa Fé, que é o verdadeiro caminho de sua salvação, ele e o seu reino, não somente será ensinado e alumiado no espiritual, mas também será prosperado no temporal, posto que a sua salvação deva ser o principal intento que ele e os seus devem ter"*<sup>8</sup>.

<sup>(6)</sup> Apud Pedro Calmon, História do Brasil, José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1959, vol. I, pp. 80-83.

<sup>(7)</sup> Regimento de Tamé de Sousa, Biblioteca Nacional de Lisboa, Arquivo da Marinha, liv. 1 de ofícios, de 1597 a 1602.

\* O mesmo Rei D. Sebastião, em março de 1568, quando enviava D. Luís de Athayde para governar a Índia, "*pôs-se de joelhos para que Deus o inspirasse e escreveu estas palavras que entregou ao novo Vice-Rei, como as supremas instruções que devia seguir na administração e guarda daquele vasto império: Fazei muita cristandade; fazei Justiça; conquistai tudo quanto puderdes; tirai a cobiça dos homens; favorecei aos que pelejarem; tende cuidado da minha fazenda*"<sup>9</sup>.

Note-se a hierarquia de valores na ordem de prioridades: em primeiro lugar, fazer cristandade e ministrar justiça; só depois fazer conquistas e zelar pela fazenda real.

\* "*Os Lusíadas*" é bem sabido que, ademais de toda a incomparável beleza literária que possuem, constituem uma descrição muito fiel da época em que viveu seu autor. Em numerosas passagens está bem consignada a finalidade religiosa da epopéia marítima. Entre muitíssimas outras:

E também as memórias gloriosas  
Daqueles Reis que foram dilatando  
A Fé, o Império, e as terras viciosas  
De África e de Asia andaram devastando (I, 2)

E vós, ó bem nascida segurança  
Da Lusitana antiga liberdade,  
E não menos certíssima esperança  
De aumento da pequena Cristandade;  
Vós, ó novo temor da Maura lança,  
Maravilha fatal da nossa idade,  
Dada ao mundo por Deus (que todo o mande,  
Para do mundo a Deus dar parte grande) (I, 6)

Nalgum porto seguro, de verdade,  
Conduzir-nos, já agora, determina,  
Ou nos mostra a terra que buscamos,  
Pois só por teu serviço navegamos" (II, 32)

No fim de tantos casos trabalhosos,  
Por que somos de Ti desamparados,  
Se este nosso trabalho não Te ofende,  
Mas antes Teu serviço só pretende? (VI, 82)

<sup>(8)</sup> Apud Antero Simões, op. cit., 1.º vol., 1969, p. 97.

<sup>(9)</sup> Damião Peres, História de Portugal, vol. V, p. 61.

Ó ditosos aqueles que puderam  
 Entre as agudas lanças Africanas  
 Morrer, enquanto fortes sustentaram  
 A santa Fé, nas terras Mauritanas (VI, 83)

... "quem te trouxe a estoutro mundo,  
 Tão longe da tua pátria Lusitana?"  
 "Abrindo (lhe responde) o mar profundo,  
 por onde nunca veio gente humana;  
 Vimos buscar de Indo a grão corrente  
 Por onde a lei divina se acrescente". (VII, 25)

\*

"Apenas à guisa de exemplo", dissemos acima. De fato, seria possível multiplicar indefinidamente o número de citações de documentos da época, que atestam insofismavelmente que era de cunho religioso a principal finalidade da epopêia ultramarina. Interesses comerciais havia, e era muito legítimo que os houvesse, mas eram de ordem secundária.

Do ponto de vista estritamente lucrativo e utilitário, no seu conjunto a expansão ultramarina não foi benéfica, antes foi deficitária a Portugal, que se dessangrou e despovoou durante séculos. Se considerássemos apenas o aspecto comercial, e se fizessemos abstração do que é mais importante, ou seja, o "serviço de Deus", quem teria razão seria o velho do Restelo<sup>10</sup>.

<sup>(10)</sup> O receio de que as Navegações a longo prazo pudessem se revelar prejudiciais, do ponto de vista material, sempre esteve presente, mesmo nos momentos de maior euforia pelas vitórias conquistadas no Ultramar. Na fala do Velho do Restelo (Canto IV, Estâncias 94 a 104), que assistiu à partida da frota de Vasco da Gama fazendo sombrios augúrios para a futuro, Camões soube exprimir com genialidade os sentimentos da parte de Portugal que não estava de acordo com as Navegações, nelas vendo apenas "... vã cabica / Desta vaidade a que chamamos Fama", "sagaz consumidora conhecida / De fazendas, de reinos e de impérios". "Chamam-te Fama e Glória soberana, / Nomes com quem se o povo néscio engana. / A que novos desastres determinas / De levar estes Reinas e esta gente? / Que perigos, que mortes lhe destinas, / Debaixo dalgum nome preminente? Que promessas de reinas e das minas / De ouro, que lhe farás tão facilmente? / Que famas lhe prometerás? Que histórias? / Que triunfos? Que palmas? Que vitórias?". E, depois de lembrar que o inimigo ismaelita estava tão próximo, no norte da África, censura à Fama a imprudência de lançar Portugal oceano afora: "Deixas criar às portas o inimigo, / Por ires buscar outro de tão longe, / Por quem se despovoe o Reino antigo, / Se enfraqueça e se vá deitando a longe! / Buscas o incerto e incógnito perigo / Por que a fama te exalte e te lisonje / Chamando-te senhor, com larga cópia, / Da Índia, Pérsia, Arábia e de Etiópia!"